

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

## FIELD OF EDUCATION AND RURAL EDUCATION IN BRAZIL

Rosenildo da Costa Pereira<sup>1</sup>Josiele Rodrigues Pereira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente ensaio é resultado de pesquisa bibliográfica que investigou os paradigmas de educação do campo e rural no Brasil e seus reflexos no cotidiano do meio rural. O suporte metodológico utilizado se baseia em autores que pesquisam sobre a temática na realidade local. Conclui-se que a educação do campo é a que deve ser implementada<sup>3</sup>, porque volta sua metodologia de ensino para os povos do campo, enxergando-os como parte integrante do processo ensino aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação do campo - educação rural - populações do campo.

**ABSTRACT:** This essay is the result of literature investigating the paradigms of rural education and rural in Brazil and its consequences in daily rural areas. The methodology used is based on support authors who research on the subject in the local reality. We conclude that education is the field that must be implemented, because back its teaching methodology for the people of the countryside, seeing them as a constituent part of the teaching learning process.

**KEYWORDS:** rural education - rural education - rural populations.

## INTRODUÇÃO

A proposta de um modelo de educação diferenciada para os sujeitos do meio rural surge da iniciativa dos movimentos sociais, em particular o Movimento dos Sem Terras – MST, em oposição ao paradigma de educação que se tinha e até hoje se percebe como excludente e, sobretudo, impositora de conteúdos prontos organizados a partir do cotidiano do meio urbano que, por sua vez se reproduz nas escolas do campo.

A educação para as populações do campo no Brasil foi desenvolvida em dois paradigmas: O paradigma da educação do campo, baseada nas lutas dos movimentos sociais, cuja proposta é

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Especialista em Educação, Desenvolvimento e Sustentabilidade do Campo na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Pedagogia pela (UFPA). Técnico em Agroindústria pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (IFPA). Atualmente é servidor Público do município de Abaetetuba-Pa. E-mail: rosenildocosta @bol.com.br

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é servidora Pública do município de Abaetetuba-Pa. E-mail:josielerodrigues25@hotmail.com

<sup>3</sup> Apesar de se ter hoje as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que garantem uma educação diferenciada para a população rural, ou seja, a educação do campo, mas na prática as escolas, sobretudo, do “meio rural” não colocam em prática os pressupostos desta lei em vigor. Muitas vezes desconhecem essas diretrizes.

valorizar o saber produzido pelos sujeitos do campo: envolve trabalho, relações sociais etc. e o paradigma da educação rural, que desconsidera os saberes produzidos pelos sujeitos do campo, volta-se para o agronegócio, desconsiderando a realidade local ou do lugar. Ambas com suas funcionalidades no que se refere à inclusão e exclusão dos saberes culturais dos sujeitos pertencentes ao meio rural, considerando que,

Educação rural na legislação brasileira tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo neste sentido é mais que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres com a própria produção das condições de existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, Diretrizes Operacionais, p.35).

O propósito do texto aqui apresentado é abordar o conceito de educação do campo e educação rural na realidade brasileira e sua relação com o meio rural, buscando compreender qual o papel de cada paradigma no atual contexto político.

Este texto está estruturado em duas partes. Na primeira fazemos a diferenciação entre educação do campo e rural, enfatizando respectivamente que a educação do campo prioriza os saberes culturais dos sujeitos do campo, enquanto a educação rural nega-os. Finalizamos o ensaio com as considerações finais, destacando a qual delas é a mais apropriada para as escolas localizadas no campo brasileiro.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO RURAL E SUA RELAÇÃO COM O COTIDIANO DOS SUJEITOS DO CAMPO.**

Segundo Fernandes (2005, p. 9):

“As pesquisas a respeito do campo brasileiro, nas grandes áreas do conhecimento, estão sendo desenvolvidas a partir de dois paradigmas: “Paradigma da Questão Agrária” – PQA, em que o campo é considerado como “território”; e “Paradigma do Capitalismo Agrário” - PCA, sendo o campo pensado “como setor da economia”.

O primeiro modelo relaciona-se com a Educação do campo, pois valoriza o território, organizando-o de forma com que o mesmo se desenvolva em todas suas dimensões, e faz isso, valorizando as diferentes culturas, classes sociais, tipos de moradias, enfim, tudo aquilo que se aproxime da realidade de quem produz os alimentos.

Nesse sentido, esse paradigma respeita o espaço enquanto local de produção da existência do agricultor, daí sua aproximação e indissociação com a Educação do Campo, uma vez que a mesma “entende o campo como o lugar onde vivem os sujeitos do campo; como sinal de vida, de trabalho, de cultura; de relações sociais” (HAGE, 2005, p.1). A mesma ideia é reforçada por Fernandes e Molina ao afirmarem que,

A educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa, porque foi criada pelos sujeitos que a executam. Neste sentido, a concepção de campo e educação deve contemplar o desenvolvimento territorial das famílias que trabalham e vivem na terra (2004, p.43).

O PQA compreende a superação do capitalismo como uma solução cabível aos problemas da agricultura camponesa, desenvolvendo suas políticas de forma a superar o capital, o que a faz diferenciar-se do PCA, que por sua vez, busca no próprio capital a solução de seus problemas, daí a contradição existente entre os dois paradigmas.

O segundo paradigma, que compreende o campo como setor da economia, volta seus interesses para o agronegócio, desconsiderando a agricultura familiar camponesa destinada ao mercado local e com fins de subsistência. O meio rural é visto neste sentido como sendo mero fornecedor de matéria-prima aos centros urbanos, não sendo reconhecido, portanto, como sendo merecedor dos mesmos direitos desses centros, que de certa forma devem ser assegurados perante o poder público.

O modelo de educação pensado para a cidade é reproduzido no campo, mostrando que o campo está sempre subordinado a aceitar a educação que está presente na zona urbana, negando ao homem do campo a possibilidade de se tornar protagonistas da construção coletiva da educação, não considerando que este seja capaz de pensar por si próprio.

A educação, entendida aqui como rural, desconsidera a realidade de seus educandos, suas peculiaridades, sua multiplicidade de saber, suas identidades, seus valores culturais e muitos outros aspectos da realidade desses sujeitos, e segundo Hage (2005, p. 2):

(...) **se constitui numa ação “compensatória”** – trata os sujeitos do campo como incapazes de tomar suas próprias decisões. São sujeitos que apresentam limitações, em função das poucas oportunidades que tiveram em sua vida e do pouco conhecimento que tem. A educação é dada aos indivíduos para suprir suas carências mais elementares – Educação supletiva. Transmite-se a cada indivíduo somente os conhecimentos básicos, pois se acredita não ser necessário aos sujeitos do campo, que lidam com a roça, aprender conhecimentos complexos, que desenvolvam sua capacidade intelectual. **A educação é tida como um favor e não como um direito!** (grifo do autor).

Percebe-se então que o sentido de Educação Rural, que infelizmente ainda se encontra presente em nossa sociedade, está mais preocupado em valorizar no campo os aspectos políticos educacionais existentes na zona urbana, menosprezando assim, os saberes e as características dos próprios sujeitos do campo. Por esta razão é que muitos estudiosos da área da educação campesina não aceitam esse modelo e adotam a Educação do Campo como a mais adequada considerada por Hage (2005, p.1) como: a “educação que quer expressar os interesses e necessidades de desenvolvimento dos sujeitos que vivem, trabalham e são do campo, e não meramente reproduzir os valores do desenvolvimento urbano”.

Desta forma, não podemos considerar o campo somente como produtor de mercadorias, e sim, conforme enfatiza Fernandes (2005, p.2), olhá-lo como “espaço de vida”, o que nos leva então a compreender o respeito que se deve ter com os sujeitos do campo, possibilitando aos mesmos, o direito de autonomia para pensarem nas políticas públicas para o seu local, levando-os a se tornarem agentes construtores de sua educação, cabendo ao Estado, a implementação de políticas públicas não só educacionais, como também econômicas, sociais, entre outras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações do campo brasileiro são vítimas de preconceitos, baseadas na falta de conhecimento das políticas públicas e, além do mais, falta à inserção de pessoas mais comprometidas com a causa da educação do campo, sobretudo, educadores interessados em melhorar o processo de ensino aprendizagem nas escolas do/no campo.

O estudo mostrou que a educação rural desconsidera o que é produzido pelos moradores do lugar, sua realidade é deixada de lado pelo processo educativo escolar, enquanto que a educação do campo volta-se para o cotidiano dos sujeitos, enxergando-os como construtores da realidade em que estão inseridos. Fazendo e refazendo sua realidade por meio do trabalho e ação que desenvolve no dia a dia.

O estudo deixou claro que o modelo de educação adequado para o campo brasileiro é a educação do campo que toma como ponto de partida de aprendizagem os conhecimentos oriundos da realidade de quem vive no campo, buscando articular trabalho com a prática educativa.

A pedagogia da educação do campo é fundamentada na valorização dos aspectos do trabalho cotidiano dos sujeitos do meio rural, buscando compreender vida e trabalho no campo. Por esta razão que ela é considerada como a ideal para o desenvolvimento do campo brasileiro.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo: Resolução CNE/CEB, n. 1, de 3 de abril de 2002*. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>.

FERNANDES, B. M. *Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais*. In: I encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, Brasília, 2005.

FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. *O Campo da Educação do Campo*. In: JESUS, S. M. S. A; MOLINA, M. C. (Orgs). *Por uma Educação do Campo: Contribuições para Construção de um Projeto de Educação do Campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.

HAGE, S. M. *A importância da articulação na construção da identidade e pela luta da educação do campo*. Texto apresentado no I Encontro de Formação de Educadores do Campo do Nordeste Paraense, realizado em Bragança. Abril/2005.

<b>Data de Recebimento: 03/09/2016   Data de Aprovação: 15/09/2016</b>
--